

O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

The movement of reconception of the brazilian sociable job

Samara Leorato¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de realizar uma breve descrição do processo histórico do Serviço Social brasileiro, e então referir seu momento de reconceituação, refletindo assim sobre acontecimentos relevantes, como os documentos e seminários realizados neste momento, enfatizando o crescimento do Serviço Social enquanto profissão.

Palavras-chave: Reconceituação. Crescimento. Profissão.

Abstract: The present article has the object of realize a brief description of the historical processo of the brasilian Sociable Job, and then refine its momento of reconception reflecting about the important events, like the documents and seminaries realized at this moment, emphasizing the increase of the Sociable job nihile profession.

Keywords: Reconception. Increase. Profession.

Introdução

Antes mesmo de abordar questões mais diretas que nos levem ao caminho da reconceituação, entendemos ser necessário tratar do início a influência Católica no Brasil na busca pela hegemonia e ligação com o Estado, já que a Igreja Católica é o principal caminho para chegarmos ao Serviço Social. Alimentando este discurso de forma breve e cristalina salientamos que nos anos de 1929, 1930 e assim sucessivamente, a modernização inicia um processo acelerado no Brasil, sendo neste mesmo período que a Igreja tenta com persistência impor-se no país procurando recuperar a hegemonia do clero que estava em baixa no momento pelo fato de estar perdendo seu lugar para o próprio estado.

É a partir desses fatores que a Igreja percebe que o político possui uma base através da fé e que a religião se estrutura através da força do estado, a qual está evidente no momento, criando assim uma ligação com o Estado para manter sua dominância perante a sociedade, estruturando partidos políticos e mantendo organizações, atendendo seus objetivos, principalmente mantendo seu poder, e consequentemente também contribuindo com sua força para a melhor estrutura do estado.

Após essa breve fala sobre a ligação da Igreja com o Estado, que perpassa pelos anos de 1930, podemos iniciar nossa fala sobre o Serviço Social perante sua trajetória no Brasil.

Desde o início de sua trajetória no Brasil, a qual iniciou-se na implementação da primeira escola de Serviço Social brasileira em 1936, na cidade de São Paulo, sob forte influência da Igreja Católica, o Serviço social enfrentou várias situações que influenciaram diretamente em sua prática profissional. O Assistente Social, em seus primeiros anos de trabalho no Brasil, bem como a nível de América Latina, possuía caráter assistencialista, influenciado pela Igreja Católica, realizava seus trabalhos na sociedade de forma a privilegiar a ordem burguesa, sendo

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI –. Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

então denominado Serviço Social tradicional, a profissão, apesar de buscar aperfeiçoamento com o passar dos anos, foi marcada pelo tradicionalismo. O autor José Paulo Netto designa como Serviço Social tradicional:

[...] A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa que, de um ponto de vista claramente funcionalista visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2001, p. 6).

A prática tradicional do Serviço Social atendeu, em toda a sua trajetória, aos interesses capitalistas, apenas amenizando as necessidades sociais para não haver empecilhos ao desenvolvimento do capital. Tendo em vista então que com o passar dos anos, através de influências norte-americanas, o capitalismo passa a crescer aceleradamente no mundo, inclusive no Brasil, causando a busca excessiva pelo crescimento econômico e o desenvolvimento, assim trazendo a industrialização com grande força para o país. Essa tendência desenvolvimentista inicia já a partir do ano de 1930, os assistentes sociais a partir dessa década trabalham já com alguns novos processos de trabalho, como por exemplo, o serviço social de caso que foi introduzido no Brasil mais ou menos em 1945 com influência norte-americana, mais especificamente desenvolvido por Mary Richmond, a qual é considerada a primeira assistente social a introduzir um caráter técnico no fazer profissional, e também quem impulsionou a profissão para novas práticas.

O Serviço Social de caso, apesar de ainda delimitar-se muito aos fatos, vendo assim o indivíduo como um problema e que por sua vez deveria adequar-se à sociedade, a qual era “harmônica”, tornou-se uma forma de trabalhar com o social impulsionando o Serviço Social ao início de um desenvolvimento na profissão. Apesar de ser parte constitutiva do Serviço Social tradicional, o Serviço Social de caso significou a introdução de técnicas no agir profissional.

Seguindo esta busca pelo aperfeiçoamento, Assistentes Sociais se propõem a estudar nos Estados Unidos, trazendo para as escolas brasileiras a implementação da disciplina de organização de comunidade, sendo esta implementada em meados de 1944 a 1953 durante o governo de Dutra e Vargas, coincidindo com a época ainda da implementação do estudo de caso na profissão.

A organização de comunidade ou desenvolvimento de comunidade também ocorreu em consequência de influências norte-americanas, mais especificamente através da criação da ONU, que se fundou em 1945 para “amenizar” os destroços causados pela Segunda Guerra Mundial, passando mais tarde juntamente com outros programas internacionais, também criados para oferecer assistência aos países pobres a criar estratégias para desenvolver o sistema capitalista, assim espalhando pelo mundo o desenvolvimento de comunidade como uma estratégia de organizar e melhorar as comunidades a fim de expandir o capitalismo, impedindo o avanço do comunismo por esses países.

No Brasil, o desenvolvimento de comunidade avança com o tempo para as áreas rurais e o assistente social trabalha dentro das comunidades adequando-as ao sistema vigente, já que nessa época a visão era ainda de que a sociedade era harmônica e que apenas haviam alguns desajustes, sendo esta visão sustentada por Vargas em todo o seu governo.

Um grande marco no desenvolvimento de comunidade na área rural que aconteceu no início do governo de Vargas foi a experiência de Itaperuna, realizada na comunidade rural de Itaperuna no Rio de Janeiro, com a participação de assistentes sociais para a organização da comunidade que era vista como disfuncional, na tentativa de recuperá-la.

O assistente social cada vez mais passou a inserir-se em novos campos de trabalho tendo sua profissão regulamentada em 13/06/1953 pela Lei nº 1.889, regulamentada por Vargas em 1954 pelo Decreto 35.311, sendo este processo um grande avanço para a profissão. O Serviço Social cresce muito a partir dos anos 50 através de suas primeiras publicações, em 1952 surgem as primeiras publicações do ministério da agricultura, em 1957 temos publicações de José Arthur Rios e Balbina Vieira, os quais causam repercussões de importantíssimo porte para o Serviço Social.

Se até então o Serviço Social assume cada vez mais a sua abrangência em vários campos, a partir do governo de Juscelino Kubitschek os assistentes sociais passaram a integrarem-se cada vez mais com o desenvolvimentismo.

Juscelino Kubitschek assume a presidência em 1956 e tem como principal objetivo o desenvolvimento do país, entende que a pobreza e a miséria são ameaças ao desenvolvimento e que assim é necessário desenvolver o país para acabar com a pobreza. Juscelino também pode ser considerado dualista, isto porque da mesma forma que é extremamente nacionalista e com o pensamento centrado no Brasil, utilizando a meta de desenvolver o país “50 anos em 5” busca recursos do capital estrangeiro para alcançar seus objetivos, tornando a partir disso o Brasil um país totalmente dependente do capital externo.

O governo de JK ficou marcado pelo desenvolvimento, os assistentes sociais nesta época avançaram em suas práticas dentro do desenvolvimento de comunidade e da expansão do capitalismo tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais.

É, pois, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, principalmente no seu final, que o serviço social entra incisivamente no trabalho de comunidade, e assume a postura desenvolvimentista. Até a década de 60, o serviço social possuía basicamente uma postura: desenvolver seu trabalho em plena consonância com os governos então no poder. Era partidário de reformas que viessem racionalizar melhor o sistema capitalista e que pudessem inserir as populações do setor atrasado ao moderno (AGUIAR, 1995, p. 90).

O assistente social era extremamente importante para os governos de Juscelino Kubitschek e em seguida para Jânio Quadros, na questão de trabalhar com a população impulsionando as pessoas para o desenvolvimentismo e assim gradativamente causando grandes passos para o desenvolvimento do país. No governo de Jânio Quadros, o qual sucede o governo de Juscelino Kubitschek, realiza-se um programa criado pelos Estados Unidos para o mundo, sendo importantíssimo também para o Brasil e para o Serviço Social brasileiro. A “aliança para o progresso” foi criada com o objetivo de expandir o desenvolvimento econômico e conseqüentemente o capitalismo, sendo este programa aceito através de um encontro dos países no Uruguai, onde exceto Cuba, todos os outros países participaram deste momento chamado “Carta de ponta de Leste”, assim aceitando a proposta de expansão capitalista. Para o serviço social este programa causou uma grande oportunidade de participação do assistente social em projetos que sucessivamente se desenvolviam.

Em 1961, Jânio Quadros renuncia o cargo de presidente antes mesmo de completar um ano de mandato, assim João Goulart, vice de Jânio, assume a presidência da república. João Goulart tenta em seu governo combater a inflação que permeava pelo país, mas já estava sendo “vigiado” por militares e membros da “direita” em razão de suas atitudes mais centradas para a esquerda. Após alguns anos de governo Goulart perde seu cargo para os militares que passaram a comandar o Brasil no Golpe de 1964.

O Serviço Social, a partir da década de 60, está em total engajamento com o crescimento econômico, sendo que ainda com participação da igreja católica deixando marcas tanto na profissão quanto no desenvolvimentismo, “[...] a partir da década de 60 temos Assistentes Sociais cristãos que continuam assumindo a visão tradicional da Igreja e os que assumem uma posição mais progressista” (AGUIAR, 1995, p. 105). Então, percebe-se que apesar das transformações societárias, a Igreja Católica, atrelada a ordem burguesa, continuou a influenciar o Serviço Social.

Em 1965, apesar do período de ditadura militar, enfatiza-se a geração 65, onde é realizado o Seminário regional em Porto Alegre, tratando do Serviço Social e as mudanças Latino-Americanas. Este seminário salientou a inclusão do Serviço social no processo de desenvolvimento, analisando também a prática profissional.

Reconceituação do serviço social brasileiro

Alguns autores, como José Paulo Netto (2001), por exemplo, dizem que a reconceituação do serviço social brasileiro foi impulsionada pelo seminário realizado em Porto Alegre no ano de 1965, o que há de convir que foi um grande marco para a profissão, mas este momento de críticas e de revisões da prática profissional se dá dentro da efervescência da ditadura militar, onde a profissão, apesar de impulsionada para se reconceitualizar, tende novamente a atender às exigências do sistema vigente, propiciando o ajuste da população para o desenvolvimento econômico.

A reconceituação do Serviço Social, além de ser um grande marco para a profissão, foi a transformação do Serviço Social perante a realidade, mas principalmente a tentativa de construir um serviço social questionador, com um novo paradigma, buscando a criticidade e a formulação de novas teorias, como também o investimento na pesquisa.

[...] reconceituação do serviço social como um movimento, que tem se caracterizado, para muitos de nós, como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (FALEIROS, 2005, p. 22).

O Serviço Social, na sua reconceitualização, passa a ser questionador de suas práticas, não perde o tradicionalismo, mas o transforma de maneira mais criativa, crítica e pensativa, utilizando-se da intelectualidade e do enriquecimento na produção de conhecimento.

Para entender a reconceituação não basta contrapor o “novo” ao “velho” serviço social. É muito simplista, como se houvesse existido somente uma modernização, um *aggiornamento* de técnicas, que teria sentido na medida em que pudesse ter trazido mais eficiência ou eficácia à atividade profissional. É preciso ir aos fundamentos da reconceituação como um paradigma crítico de análise e de estratégias socioprofissionais (FALEIROS, 2005, p. 22).

O movimento de reconceituação com certeza possui uma enorme complexidade. Como diz Faleiros na citação anterior, agora em outras palavras, não é suficiente analisar apenas o que passou e o que surgiu ou mudou com a reconceituação, pois houve uma transformação, uma “adequação” da profissão à realidade existente, como também já foi dito em falas anteriores, mas é preciso ir além, compreender esse movimento que para o Serviço Social foi e é uma lacuna incontornável.

Para nos atualizarmos no processo histórico da reconceitualização temos que destacar sempre o período de repressão, ou seja, o momento da ditadura militar que iniciou em 1964, a partir disso podemos enfatizar o ano de 1967, o qual para o serviço social foi destacado pelo encontro de assistentes sociais na cidade de Araxá, no estado de Minas Gerais.

O encontro em Araxá reuniu trinta e oito assistentes sociais para uma grande reflexão quanto à prática profissional, esse encontro, que resultou em um documento, é fulcral para o movimento de reconceitualização, tratando de uma adequação da profissão à modernidade e da busca pela teoria e metodologia no Serviço Social.

Reflete também no documento de Araxá a perspectiva de macro e microatuação, sendo a primeira uma atuação participativa e com total presença no planejamento e execução das funções, já a segunda remete-se a funções operacionais. A reflexão feita quanto a isso é da inserção da macroatuação na prática profissional como um marco essencial para os Assistentes Sociais. Com isso, busca-se o exercício profissional não como mero formulador das operações, mas também como um executor presente e envolvido com as relações sociais.

No último capítulo do documento de Araxá a questão que está em pauta e que por sua vez dimana em todo o documento é a contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento. Esta questão é discutida de forma a ver uma contribuição positiva da profissão para o desenvolvimento, onde surge de forma cristalina o planejamento integrado, o qual é de fundamental relevância na ligação das relações sociais e políticas. “A precisão não poderia ser maior: as mudanças devem ser induzidas via planejamento integrado, a priorização é econômica e tecnológica, e suas dimensões sociais e políticas são claramente associadas à cultura e à administração” (NETTO, 2001, p. 173).

O documento de Araxá é uma tentativa de reflexão quanto à prática profissional, mas a contribuição ao desenvolvimento surge de forma tônica, assim percebendo-se a continuação da profissão no patamar de contribuições ao crescimento econômico sem muitas evoluções.

Algo que também é explicitado sobre o documento está imbricado com a evolução do Serviço Social, de forma que a toda reflexão exercida no documento de Araxá se busca uma teorização, mas que o que realmente permeia por esta escrita não atende às expectativas planejadas, pois a teoria não atrasa, mas também não evolui. Seguindo nestes mesmos passos se expressa a busca pela modernização, que por sua vez se efetiva, mas que a prevalência neste momento continua sendo estrutural funcionalista, onde se vê o Ser Humano como desajustado.

O documento de Araxá sem dúvidas foi de real importância para a reconceitualização, mas a ligação com o desenvolvimento econômico prevaleceu novamente perante a reflexão, assim não repercutindo o que seria necessário, mas ao mesmo tempo abrindo portas para a continuação dessa luta.

No ano seguinte ao documento de Araxá, mais precisamente no ano de 1968, acontecimentos importantíssimos causaram impactos relevantes a todo Brasil e inclusive ao Serviço social.

Um fato de extrema importância foi a passeata dos cem mil, a qual vincula-se em sua totalidade às questões sociais e expressamente ao Serviço Social, que tem a questão social como prioridade. Resgatando um pouco da história, para refletir em poucas palavras sobre a passeata dos cem mil, é obrigatório ressaltar a luta dos estudantes.

Desde 1967 o movimento estudantil tornou-se a principal forma de oposição ao regime militar, muitas das manifestações feitas por estudantes foram reprimidas. Toda repressão repercutiu na morte de um jovem de dezessete anos, com isso acirrando as lutas contra os militares em busca da garantia dos direitos e melhoria da qualidade de ensino. A passeata dos cem mil aconteceu no Rio de Janeiro, no dia vinte e seis de junho de 1968, onde cerca de cem mil pessoas se reuniram na oposição à ditadura militar e ao sistema educacional, reunindo nesse movimento vários intelectuais, padres e muitas outras pessoas.

Esse movimento tende a uma ligação extremamente forte com o Serviço Social, o qual luta pela garantia dos direitos, pela melhoria da qualidade de vida e enfrenta vários obstáculos e percalços para atingir seus objetivos, de forma que muitas vezes, apesar de várias lutas, não se chega onde se quer.

Relatando mais um acontecimento que ocorreu no ano de 1968, não podemos esquecer da ruptura da Igreja para com o Estado, recordando assim a sua ligação com o estado na década de 1930, a qual já tratamos no início deste artigo, sendo de suma importância ressaltar agora essa ruptura que gerou um grande movimento de esquerda dentro da Igreja católica, a qual é a grande precursora de nossa profissão.

Fomentando em algumas linhas este assunto, a partir dos anos 50 a igreja passa a preocupar-se assiduamente com a questão social, resultando assim nos anos 60 a criação de um grupo chamado JUC (Juventude Universitária Católica), o qual demonstra uma opção pelo socialismo sobre influência da revolução Cubana², criando-se então o movimento de esquerda dentro da igreja católica. Com o regime militar imposto em 1964 os conflitos e dificuldades com esse movimento ficaram mais comprometidos, sendo no ano de 1968 que se intensificaram e abalaram-se quaisquer relações na forma de gerar uma ruptura por parte da Igreja com o Estado.

Podemos pensar a razão dessa exposição da história em um artigo que relata a reconceituação do Serviço Social, mas é neste momento que essa indagação se responde com clareza, não podemos tratar de algo sem conhecer o momento, a realidade que este assunto se inscreve, e o que o gerou, seria obscuro para analisarmos de forma cristalina e contributiva em prol de nosso conhecimento.

Finalizando o ano de 1968, chegamos ao ponto de extremidade da ditadura militar, o Ato institucional número cinco (AI nº 5), decretado em treze de dezembro de 1968, este ato foi o congelamento de qualquer obstáculo perante a ditadura militar, sendo conseqüentemente um momento de total repressão a qualquer motivo ou aparência de manifestações, congelando também o crescimento da reconceituação do Serviço Social, perdurando fortemente até 1974 e depois gradativamente perdendo as suas forças.

Nesse período de repressão é que acontece o segundo documento do Serviço Social no contexto da reconceituação, produzido no Rio de Janeiro, em 1970, o documento de Teresópolis constitui mais um ponto de relevância dentro do movimento de reconceituação. Centrado na teoria metodológica para a profissão, o documento de 1970 diferencia-se do anterior em questões de formulação, ou seja, este documento, apesar de planejar um roteiro não o segue rigorosamente, sendo assim impossível a edição de um texto quanto aos assuntos tratados.

Nesse encontro, reuniram-se trinta e três profissionais divididos em dois grupos de estudo, prevalecendo de forma triunfal o coroamento do transformismo, sobrepondo o moderno diante do tradicional. Essa sobreposição do moderno vale destacar que não se dá apenas como concepção profissional, mas sim como parte interventiva da profissão.

Para nos guiarmos de maneira segura sobre esta questão da modernização que se remete no documento de Teresópolis, é de suma importância destacar a participação teórica de José Lucena Dantas, o qual teve um de seus textos debatido pelos dois grupos juntamente com mais duas referências teóricas, mas sua referência se afirmou de forma imperativa.

José Lucena Dantas, a partir de seu ensaio “A teoria metodológica do Serviço Social”, atende graciosamente ao tema central do seminário. Sendo então de extrema relevância estudar sua concepção articulada perante a metodologia do Serviço Social, a qual influi precisamente

²A Revolução Cubana basicamente foi a derrubada do poder de Fulgencio Batista e a passagem do poder para Fidel Castro no dia vinte e seis de julho do ano de 1959.

na cristalização do moderno. Sua contribuição se dá na relação entre o método profissional e o método científico, argumentando que a prática profissional pode ser definida a partir da resolução de sua metodologia, instigando a prática profissional do Serviço Social a adquirir um nível científico em que já podemos perceber uma diferenciação deste documento para o anterior, pois o encontro em Teresópolis, a partir da contribuição de Dantas, encobre a lacuna que prevalece no documento de Araxá perante a concepção teórica.

Retornando aos dois grupos de estudo já citados neste artigo, há de se falar da forma que ocorreu a participação desses grupos neste encontro, então dividindo-os em grupo A e grupo B, pode-se definir o primeiro como um grupo focado em uma visão micro, constrói uma reflexão a partir das necessidades básicas e sociais. Este primeiro grupo é inspirado em um padre Francês chamado Lebret, que possui a intenção de que o econômico favoreça a população, engajando-se com toda a reflexão realizada, já que o mesmo enfatiza as necessidades humanas.

O grupo B, diferentemente do A, mas ainda a partir da concepção desenvolvimentista, remete-se a uma visão macro, analisa-se a fundo os problemas, inclusive seus determinantes baseando-se na cientificidade. Ambos os grupos abordam perfeitamente a metodologia do Serviço Social quanto a sua aplicação, mas devemos considerar o amplo aprofundamento realizado pelo grupo B.

O documento de Teresópolis favoreceu a uma reflexão de grande relevância quanto à metodologia do Serviço Social, mas em contraponto obteve um nível discriminatório muito alto referente às “situações-problemas” discutidas. “O que nele se cristalizou, sem sombra de dúvida, foi a determinação precisa do papel profissional como o de um real funcionário do desenvolvimento, em detrimento da retórica que o situava como “agente” deste processo” (NETTO, 2001, p. 191).

Concluindo-se então que no documento realizado em Teresópolis o Serviço Social, apesar de toda a reflexão, continuou sem grandes evoluções quanto a sua atuação frente ao sistema vigente e a sua perspectiva de desenvolvimento.

[...] o documento de Teresópolis equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo estado ditatorial em benefício do grande capital e as características socioeconômicas e político-institucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites (NETTO, 2001, p. 193).

O documento de Teresópolis, apesar de não superar as expectativas pretendidas pela profissão, impulsionou os profissionais a refletirem mais sobre a prática profissional.

Sendo válido ressaltar que após esse documento, na realidade alguns anos depois, mais especificamente em 1978, realizou-se no estado do Rio de Janeiro o seminário de Sumaré. O qual gerou um documento que reuniu vinte e cinco profissionais na Arquidiocese carioca, o seminário de Sumaré se concentrou na perspectiva de transformação com a tentativa de libertar-se do tradicional.

Nesse seminário são reveladas várias críticas em relação ao atraso teórico do Serviço Social, ao se comparar com os acontecimentos da época, considerando-o de certa forma defasado ao se pensar as reflexões que poderiam ser realizadas.

Mesmo que defasado não podemos deixar de falar sobre alguns assuntos discutidos naquele seminário, tendo em vista três temas básicos enfrentados pelo Serviço Social, relacionados então à cientificidade, à fenomenologia e à dialética.

Quanto ao primeiro assunto são realizados dois documentos, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, o grupo carioca enfrenta a problemática da cientificidade, fixando-se na

ciência como reguladora, como formalista, já o grupo paulista segue um viés contemporâneo, preocupado com a questão de que o Serviço Social não alcançou ainda a cientificidade.

Em relação à fenomenologia são realizadas conferências para esta discussão, direcionando mais especificamente, a fenomenologia tem como priori a transformação social, o diálogo. No último item se faz presente a dialética, sendo esta baseada nas concepções Marxistas, lembrando a perspectiva da ruptura com o tradicional.

O seminário de Sumaré, resumidamente, se refere a estes assuntos, sendo que de forma mais objetiva este seminário tenta diferenciar a teoria da prática, propiciando uma abertura ao pluralismo, mas ainda aprisionado ao desenvolvimentismo.

Centrado ainda nos documentos produzidos no período de reconceituação, não podemos deixar de falar do documento de Alto de Boa Vista, realizado no Colégio Coração de Jesus, também no Rio de Janeiro, no ano de 1984, mas antes de falar desse seminário seria negligente não ressaltar um momento histórico que se proveio no ano de 1979, um ano depois do seminário em Sumaré.

O ano de 1979 foi marcado pela lei da Anistia, a qual estabelece a volta dos exilados pela ditadura e o fim da repressão, assim propiciando condições a novos conceitos e formulações de melhores condições de vida, refletindo também em melhores condições para o crescimento do Serviço Social perante a sociedade.

Uma demonstração de uma nova abertura para o Serviço Social é o II Congresso Brasileiro de S.S. realizado no mesmo ano de 1979, o qual teve os militares substituídos por trabalhadores na mesa de honra.

Agora, retornando ao seminário de Alto de Boa Vista, este foi representado por vinte e três profissionais e um estudante, num total de vinte e quatro participantes, mas seu impacto foi muito além do que defasado, não apenas pela diminuição do número de participantes, mas também por ter sido “reconhecido” quatro anos depois de sua realização.

A diminuição dos participantes parte da própria “evolução” do Serviço Social, pois ao invés de os profissionais estarem presentes nos seminários, estavam nas ruas junto aos movimentos populares, acreditando e lutando pelos direitos da população.

Os documentos e seminários, os quais já foram relatados acima propiciaram um grande impulso ao desenvolvimento do Serviço Social, mesmo que muitas vezes não alcançaram os objetivos desejados. Para não deixar vaga esta breve explicação dos documentos acima, iremos abordar as vertentes que perpassaram e prevaleceram por este período que foi marcado por documentos e seminários.

Uma das vertentes que emergiu no movimento de reconceituação foi a vertente modernizadora, esta possui características funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas, as quais podem ser definidas como o estudo dos subsistemas da sociedade. Outra vertente que se faz presente neste movimento foi a vertente inspirada pela fenomenologia, a qual já explicamos de forma objetiva e cristalina no decorrer deste texto, mas que resumidamente se refere à priorização do diálogo e da transformação social.

Por fim, seria inconveniente não falar da vertente Marxista, a qual também já foi citada no decorrer deste texto, mas que foi e ainda é uma vertente que influencia o Serviço Social de forma direta em suas ações. O Marxismo no início é refletido como uma vertente não configurada diretamente no pensamento de Marx, em razão de uma distorção de suas ideias pelos próprios profissionais, o que pode se chamar de “Marxismo vulgar”, mas ao longo dos anos esta inspiração foi sendo aprofundada e melhor compreendida.

A reconceituação do serviço social no Brasil, além de passar por todas estas fases de documentos e inspirações a partir de algumas vertentes, também ficou reconhecida em razão de suas conquistas e de seus limites, que José Paulo Netto faz referência em seu artigo, “O movimento de reconceituação, 40 anos depois”.

Inicialmente tratando das conquistas, vale ressaltar a recusa do profissional de situar-se como agente técnico, as reivindicações de planejamento para além das intervenções microssociais, a inserção da pesquisa no Serviço Social e a recusa do trabalho dividido entre cientistas sociais, os quais seriam os teóricos e os Assistentes Sociais que apenas realizariam a prática.

Entre os limites situa-se a questão da repentina elevação da denúncia do conservadorismo, do tradicional, o que poderia levar as pessoas a considerarem o Assistente Social como um herói, como alguém que pudesse “realizar milagres”, outra situação foi a valorização da produção de teorias autóctones, mas que dessa forma recusa totalmente qualquer teoria importada, podendo assim considerar esta situação rigorosamente “precipitada” em não “aceitar” diferentes ideias, as quais poderiam ser de grande relevância para o desenvolvimento teórico da profissão, sendo óbvio que mantendo uma contínua valorização da produção nativa.

Encerrando este texto, percebe-se que a Reconceituação do Serviço Social brasileiro, apesar de iniciar no contexto da ditadura militar, e se deter muito ainda ao desenvolvimentismo, impulsionou a profissão a ir em busca de seus objetivos e crescer perante a sociedade.

A Reconceituação foi um movimento que perpassa os dias atuais e que influenciou diretamente na formulação do código de ética profissional de treze de março de 1993, na lei de regulamentação da profissão de sete de junho desse mesmo ano, e também na criação das atuais diretrizes curriculares de 1996, comprometida com valores e princípios, promovendo-se também um projeto ético político-profissional a partir da criticidade do Serviço Social. “A existência deste ‘Serviço Social crítico’ – que hoje implementa o chamado projeto ético político – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva” (NETTO, 2005, p. 18).

Sendo assim, este movimento instituiu-se como um momento do Serviço Social que continua a existir, e eleva o Serviço Social a ser uma profissão que possui muitas conquistas pela frente, sempre em busca do aperfeiçoamento e da luta pelos direitos da sociedade, respeitando valores, promovendo a emancipação, a autonomia das pessoas, e conseqüentemente melhores condições de vida para a população. “O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários” (IAMAMOTO, 2008, p. 17). O Serviço Social enfrenta e se “reconceitua” a cada dia.

Referências

AGUIAR, Antonio G. de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 84. p 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.